



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680574 - SP (2021/0221713-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : PATRICIA SIMEONATO - SP160228
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THALES ROCHA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de THALES ROCHA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0003908-64.2018.8.26.0154).

O paciente cumpre pena em razão de condenação pela prática do delito descrito no art. 16, § 1º, IV, da Lei n. 10.826/2003. Formulado pedido de progressão ao regime aberto, foi deferido pelo Juízo das execuções (fls. 29-31).

O Ministério Público interpôs agravo em execução, ao qual o Tribunal de origem deu provimento, a fim de cassar a decisão atacada, regredindo o sentenciado ao regime semiaberto (fls. 7-12).

A impetrante alega que "o termo inicial da progressão ao regime aberto não é a data do deferimento da progressão ao semiaberto, mas a data em que foi alcançado seu lapso" e que "a lei não impõe período mínimo de cumprimento de pena em regime intermediário para verificação do mérito" (fl. 5).

Salienta que o paciente preenche os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão da progressão ao regime aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da decisão que deferiu o pedido de progressão ao regime aberto ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido de liminar tem plausibilidade jurídica.

O Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o Supremo Tribunal Federal, fixou o entendimento de que a data inicial para progressão de regime deve ser

aquela em que o apenado preencheu os requisitos objetivo e subjetivo previstos no art. 112 da Lei de Execução Penal. Veja-se julgado nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. DATA-BASE. IMPLEMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DECISÃO DECLARATÓRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A Segunda Turma do col. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 115.254/SP, firmou entendimento de que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória e não constitutiva, razão pela qual o marco inicial para a progressão seguinte será a data em que o apenado preencher os requisitos legais e não aquela da decisão que concedeu ou do efetivo início da reprimenda no regime anterior.

III - Alinhando-se à novel orientação da col. Suprema Corte, a Quinta Turma deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, passou a perfilhar a orientação de que "a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no regime atual."

IV - Dessa forma, verifica-se manifesta ilegalidade na decisão que fixa, como marco para a concessão de novos benefícios, a data em que foi deferida a progressão ao regime semiaberto.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar a r. decisão de 1º Grau e o v. acórdão combatido e determinar que o d. Juízo da Execução Penal observe, como data-base para futura progressão de regime, a do efetivo implemento dos requisitos objetivo e subjetivo, nos termos do art. 112 da LEP.

(HC n. 525.194/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 20/11/2019.)

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para determinar a retificação do cálculo de penas do paciente, bem como nova análise do benefício, devendo ser considerada como termo *a quo* para progressão a data em que implementados os requisitos legais.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente